



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA

124ª Reunião Ordinária do CONAMA

Data: 15 de março de 2017 - Horário: 10h às 18h

Local: Auditório nº 1, Edifício Sede do Ibama, Setor de Clubes Esportivos Norte

SUMÁRIO EXECUTIVO

Abertura da reunião pelo Sr. Ministro de Estado do Meio Ambiente:

A reunião foi aberta pelo Sr. Ministro de Estado do Meio Ambiente, Sr. José Sarney Filho, o qual enalteceu o CONAMA como um espaço pautado pela discussão democrática, em prol da implementação da política ambiental brasileira. Colocou que é marca de sua gestão o diálogo aberto com estados e municípios, representações não-governamentais e ministério público, visto que esse é o caminho para tornar efetiva a proteção do meio ambiente e o uso sustentável dos recursos naturais. Acentuou que o poder decisório do CONAMA faz do Conselho a coluna vertebral de implementação da política ambiental brasileira.

Reafirmou o compromisso de sua gestão com a Lei Geral do Licenciamento, que tem recebido contribuições de todos os setores, pautado pela transparência e lealdade, num cenário onde a construção de consensos é difícil. Estão na reta final para a apresentação da proposta e nela serão fortalecidos os órgãos do Sisnama e o papel do CONAMA, no qual se prevê, dentre outros, a normatização das definições de tipologias de empreendimentos sujeitos ao licenciamento. Deixou claro que o PL não trata de competências para o licenciamento, pois estas estão na LC 140/11.

Falou que tem orientado a equipe ministerial a trazer para o CONAMA os temas centrais da política de meio ambiente, especialmente sobre mudanças climáticas, biodiversidade, resíduos e controle da poluição. Ressaltou os seminários que foram promovidos para tratar do desastre de Mariana-MG / Samarco e sobre Qualidade do Ar.

Quanto às conquistas de sua gestão, destacou a próxima fase do CAR, de regularização ambiental. Falou do lançamento do SINAFLOR, sistema que irá aprimorar o controle da origem dos produtos florestais, desde a autorização de exploração até seu destino final - uma excelente ferramenta para a conservação das florestas. Este sistema está integrado com o CAR, e atuará mais efetivamente na diminuição do desmatamento, indo ao encontro dos eixos pretendidos: parceria, qualidade técnica e transparência. Frisou a importância de estados e municípios se firmarem nessa iniciativa. Disse ainda que os informes previstos na pauta trariam maior detalhamento, tanto sobre o CAR como sobre o SINAFLOR. Apontou que dados preliminares falam da reversão da curva do desmatamento, em sentido descendente, o que contribui para o alcance das metas de redução das emissões brasileiras de gases de efeito estufa – assunto que será abordado no informe do Secretário de Mudança do Clima e Florestas.

Encerrou seu discurso enfatizando os assuntos para deliberação na pauta, desejando uma reunião produtiva a todos.

Apresentação dos novos Conselheiros:

Leitura da lista pela diretora do DConama, Ana Lucia Dolabella.

Aprovação da transcrição *ipsis verbis* da 123ª Reunião Ordinária, de 09 de novembro de 2016.

Aprovada por unanimidade

Tribuna Livre:

Lisiane Becker (Mira-Serra): reiterou a solicitação para implementação do Fundo Nacional da Mata Atlântica. Apresentou apelo para engajamento de todos na campanha contra a extinção da Fundação Zoobotânica do Rio Grande Sul, para a qual informa que possui um abaixo assinado coordenado pela Mira-Serra.

Ronaldo Vasconcelos (Ponto Terra): informou que a ONG está comemorando 17 anos e para isso fará um seminário, cujo um dos temas é uma DN editada pela SEMAN-MG, a qual define a questão de impacto local, permitindo que os 853 municípios mineiros possam fazer o licenciamento ambiental. A data marcada é 31 de março, no CREA. Solicitou ao ministro a participação do Ministério ou do IBAMA no evento, para que faça a primeira palestra sobre licenciamento ambiental federal.

Mário Louzada (ANAMMA Sudeste): denunciou que o governo do ES apresentou projeto de extinção o IEMA, transformando-o em subsecretaria. Seria o fim de uma autarquia referência nacional, submetendo a gestão ambiental a uma única subsecretaria. Trata-se de estado com o problemas como a lama no Rio Doce, surto de febre amarela, “pó preto” das siderúrgicas e onde há um polo de exploração de rochas ornamentais, minério.

Ronei Silva (Mov. Nac. Catadores): denunciou que no país a política de resíduos não é atendida. O aterro tem enterrado, como lixo, diversos materiais recicláveis. Ressaltou que não se trata de uma política que trata apenas do fechamento de lixões, mas também de inclusão sócio-produtiva. Pediu apoio aos catadores do país, sendo que só em Brasília são 2 mil famílias.

Roberto Lauriano (Mov. Nac. Catadores): corroborou o que foi falado pelo Conselheiro Ronei e falou que a política de resíduos é a única que traz as pessoas como peças-chave, atores prioritários para a política. Pediu que os planos municipais de resíduos sejam implementados. Dentro da Logística Reversa, disse que é preciso indicar quais empresas não estão incluídas nos acordos setoriais e incluí-las.

Zuleica Nycz (APROMAC): quanto à resolução que tramita no CONAMA sobre PCBs, disse que o Brasil, pela convenção internacional de Estocolmo, precisaria fazer o banimento dos óleos PCBs contidos nos transformadores elétricos. Pediu que o Brasil seja mais restritivo que as normas internacionais, e solicitou apoio do MMA para a questão, evitando que as indústrias cheguem a optar pela incineração e sensibilizando-as para que busquem a disposição mais segura possível. Lembrou do seminário feito e de que já existem tecnologias para isso.

Heatclif Horing (Gebio): falou dos 12 anos de existência da ONG no Mato Grosso do Sul e de sua participação na construção de políticas públicas. Citou o engajamento da Gebio na luta pelo desenvolvimento sustentável e pela proteção do Meio Ambiente, visando garantir o futuro das gerações vindouras.

Antônio Stroski (Gov. do Amazonas): se referiu à reunião da ABEMA do dia anterior, na qual esteve o ministro; ressaltou a existência de diálogo com o governo federal, bem como municípios e sociedade civil. Saudou o ex-presidente da ABEMA, Sr. Eugênio Splenger, e cedeu a palavra para que ele se despedisse do CONAMA.

Eugênio Spengler: agradeceu a todos, em especial aos colegas dirigentes dos órgãos estaduais de meio ambiente. Mencionou o período em que esteve no Conselho e pediu ao Ministro para sempre fortalecer todos os colegiados. Pediu desculpas pelos excessos nas discussões mais acaloradas e finalizou dizendo que não se despedirá, pois provavelmente estará sempre envolvido e talvez até de volta ao CONAMA algum dia.

Francisco Soares (FURPA): em deferência à presença do Ministro, disse que o rio Parnaíba é o sangue que une os estados do Piauí e do Maranhão. Reiterou o pedido para finalizar o processo de criação do Comitê da bacia do rio Parnaíba. Ainda espera a instalação do comitê, pois ainda faltam as adesões do Ceará e do Maranhão. Pediu também a efetiva criação do Parque Nacional da Serra Vermelha, local de grande importância biológica e cênica. Por fim, pediu a criação de comissão para revisão do regimento interno do CONAMA, incluindo a modificação de participação, com a inclusão de representantes dos atingidos por barragem e da OAB, entre outros.

Carlos Bocuhy (PROAM): fez apelo para o controle do material particulado no país, uma vez que as grandes cidades estão sujeitas a sofrerem com isso. Disse que em São Paulo haverá inspeção do diesel. Informou que encaminhará ao MMA o Relatório de vulnerabilidade hídrica da região metropolitana de SP, com 12 quesitos – matrizes de insustentabilidade. Falou ainda dos indicadores para estabelecer a capacidade de suporte, lembrando que houve sobrestamento da questão dos indicadores das regiões metropolitanas no CONAMA.

Domingos Carvalho (GERC): iniciou falando da satisfação da ONG pelo retorno ao CONAMA e de sua eleição para a CT de Educação Ambiental. Falou dos multiplicadores e da importância da educação ambiental, que não pode ser deixada de lado, bem como da importância de capacitar professores e também jornalistas e radialistas, transformando-os em multiplicadores. Ressaltou o seminário sobre biomas brasileiros a ser realizado em Jequié e pediu apoio do MMA; o município não tem UCs e para isso também pediu apoio do MMA. Destacou, por fim, a importância dos municípios na política ambiental, mas que é necessário suporte para que atuem adequadamente.

Jorge Bichara (Fund. Zoobotânica de Marabá): pediu que o MMA reveja o apoio institucional para evitar o desmonte das instituições que cuidam dos animais silvestres tirados das florestas. Ressaltou que a ONG tem recebido animais até mesmo do museu Emílio Goeldi. Frisou também que o IBAMA e ICMBio, na região da Amazônia, estão sobrecarregados de trabalho.

Gisela Forattini (ANA): ressaltou o convite do ministro para os dias 21 e 22 próximos, para participação no evento em comemoração ao dia mundial da água, no auditório Nereu Ramos na Câmara dos Deputados, quando serão comemorados os 20 anos da lei das águas. Haverá o lançamento de importantes projetos, dentre eles o edital da ANA e CAPES para mestrado profissional em gestão e regulação de recursos hídricos e o lançamento do sistema nacional de segurança de barragens. No próximo ano, em março, haverá o 8º fórum mundial das águas, pela primeira vez no hemisfério sul. Pediu espaço para na próxima reunião do CONAMA falar do fórum.

Bruno Manzolillo (FBCN): falou da sistemática reivindicação da sociedade civil sobre a presença do Ministro na audiência da tribuna livre e destacou a postura do ministro ao entrar no auditório pela entrada principal.

Ao fim das falas na tribuna livre, o Sr. Ministro comentou algumas das intervenções. Quanto a sua permanência para ouvir a tribuna livre, afirmou ser aquela a 3ª vez que se mantinha na reunião para ouvir a sociedade civil e a todos, ou seja, desde a primeira reunião de sua gestão. Quanto à preocupação dos catadores, concordou e informou sobre a primeira ação orçamentária do MMA, voltada aos resíduos sólidos, e garantiu prioridade na implementação da lei em sua plenitude. Quanto ao regimento interno, fez menção sobre as possibilidades de revisão existentes (pedido de 1/5 dos conselheiros), mas deixou o seu aval. Em relação ao rio Parnaíba, afirmou que implementaria o comitê de bacia ainda este ano. Por fim, destacou evento realizado no MMA com a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, marcando a entrada do Ministério na Campanha da Fraternidade 2017, com o tema *conservação dos ecossistemas brasileiros*.

Para complementar a fala do ministro, a Dra. Suely Araújo falou sobre inspeção veicular e material particulado, incluindo a definição de estratégia nacional. Sobre os Centros de Triagem de Animais Silvestres - CETAS, disse que tem diretrizes internas para fazer ações coordenadas com Estados e também envolver universidades, como novidade. Acentuou a existência de um CETAS-modelo em Santa Maria, no Rio Grande do Sul.

O Secretário-Executivo, Sr. Marcelo Cruz, informou sobre algumas realizações do MMA e vinculadas desde a chegada do Ministro, como por exemplo: abertura de diálogo com todos os setores da sociedade, arquivamento do projeto da UHE São Luiz – Tapajós-PA, ação junto ao BNDES para desestimular termelétricas e incentivo às fontes limpas de energia, ampliação das funcionalidade do CAR, ratificação do Acordo de Paris, aumento de 18% da área de florestas em regime de concessão, projeto de reintrodução da ararinha-azul na Caatinga etc. Citou inúmeras outras iniciativas que atendem a pedidos feitos pela tribuna livre.

Ordem do Dia:

1. Processo nº 02000.000602/2016-68 – Proposta de revisão da Resolução nº 349/2004, que dispõe sobre o licenciamento ambiental de empreendimentos ferroviários de pequeno potencial de impacto ambiental e a regularização dos empreendimentos em operação.

Proponente: Ministério dos Transportes

Procedência: 123ª RO.

Data: 09/11/2016.

Tramitação: Matéria admitida por consenso no 9º CIPAM, em 05/08/2016, e encaminhada à 11ª CTCA, onde foi aprovada com emendas, em 03/10/2016. Pautada na CTAJ, foi aprovada, com emendas, na 5ª Reunião Extraordinária, em 20/10/2016. Houve pedido de vista na 123ª RO, realizada em 09/11/2016.

Patrícia Boson, vice-presidente da CTCA, antes de apresentar a matéria, solicitou a inclusão da CNT, e dos Ministérios dos Transportes e das Cidades na discussão sobre material particulado, tratado anteriormente na plenária. Falou do Programa Despoluir, que aferiu mais de 2 milhões de veículos, para que fiquem regularizados com os padrões estabelecidos pelas normas.

Na apresentação da minuta de resolução, acentuou que houve amplo debate, com recebimento de valiosas contribuições nos pareceres de pedido de vista. Além disso, frisou que a própria resolução 349/04 já previa sua revisão. Em seguida, passou a palavra para a Conselheira Aline Pimenta, do Min. dos Transportes, que fez um histórico da tramitação e pontuou as principais modificações.

O texto base foi aprovado com apenas uma abstenção e nenhum voto contrário. Resolução aprovada com emendas.

2. Processo nº [02000.000330/2017-87](#) – Proposta de Moção de apoio à reciclagem.

Proponente: ONG Sócios da Natureza

Procedência: 123ª RO

Data: 09/11/2016

Tramitação: Proposta apresentada na 123ª RO do CONAMA. O conselheiro Tadeu Santos apresentou pedido de urgência, que foi rejeitado pelo Plenário.

Tadê Santos, representando a instituição proponente, iniciou a exposição sobre a proposta de moção, informando que a minuta sofreu algumas alterações, a qual trata da questão do lixo, uma das mais impactantes atividades do homem sobre o meio ambiente. Citou a política de resíduos sólidos, frisando a importância de desenvolvê-la por completo e de que ela atinja o êxito que se requer, e de que a minuta vem com o crivo de vários setores do CONAMA.

Foi apresentado um texto substitutivo à versão original, apresentada em novembro de 2016, cujo texto base foi posto em votação e aprovado, sem votos contrários, na qual foram inseridas emendas de plenária. Moção aprovada com emendas.

Informes:

1. Informações sobre a estratégia de implementação do Acordo de Paris no Brasil.

Everton Lucero, Secretário de Mudança do Clima e Florestas.

O Acordo abre uma agenda de oportunidade para a retomada do crescimento econômico sustentável de baixo carbono, sem perder competitividade, este é o desafio climático no longo prazo. Na última COP, em Marrakesh, houve duas forças contraditórias: a eleição de Trump e a comunidade internacional responsável pelo esforço para que o Acordo entrasse em vigor após um ano de sua negociação. Para o Brasil, o desafio é articular ações nas esferas de governo, condizentes com os compromissos assumidos no nível internacional. Os processos decisórios e as políticas públicas precisam se adaptar à nova tendência. A mudança do clima é, por si, uma agenda transversal envolvendo meio ambiente, planejamento público e economia.

Sobre a estratégia nacional de implementação, destacou que o Brasil é o único país de dimensões territoriais expressivas e em desenvolvimento que se comprometeu a diminuir, em números absolutos, suas emissões. As ações prioritárias até 2030 são: zerar o desmatamento ilegal no país; restaurar 12 milhões de ha de florestas; recompor pastagens degradadas em 15 milhões de ha; aumentar em 5 milhões de ha a área com integração lavoura-pecuária-florestas; 45% de participação de fontes renováveis de energia na matriz nacional, sendo 23% de fontes de energia não hídrica (solar, eólica e biomassa); aumentar em 10% a eficiência energética; e aumentar em 18% o uso de biocombustíveis.

Um importante desafio para o alcance das metas é financeiro. Os recursos deverão vir de diferentes fontes, pública, transferências líquidas de países industrializados, e privadas. Deve haver captação de recursos de várias fontes, devido ao montante necessário. Existe uma oportunidade de aporte de fundos por parte do setor privado, com a criação de negócios sustentáveis. A mobilização tem se dado por um canal de diálogo e participação – o Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, por onde surgirá a estratégia nacional.

Quanto à precificação do carbono, a hipótese não está descartada, mas deve vir apenas como consequência do processo. Pretende-se um futuro cuja economia não dependa do carbono.

Informou que há no site do MMA (<http://www.mma.gov.br/clima/ndc-do-brasil>) tanto o texto-base quanto o formulário para envio de comentários sobre a implementação da Contribuição Nacionalmente Determinada - NDC no Brasil. Lembrou que está tudo ainda no início e que isso é para o futuro, sendo necessário que todos participem.

2. Apresentação do Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais - SINAFLOR.

André Sócrates, Coordenador Geral de Flora e Floresta – IBAMA.

O SINAFLOR é um sistema obrigatório para todos os estados da Federação e tem origem legal no art. 35 da 12.651/12, que determina ao IBAMA as funções de coordenar, fiscalizar e regulamentar um sistema voltado ao controle da origem dos produtos florestais, e a IN nº 21/2014, sinaliza que o DOF (em vigor desde 2006) é um módulo do SINAFLOR. Acrescentou que o acesso ao Sistema já possui certificado digital, o que reduz as fraudes e que possui integrações internas (DOF e CTF) e também externa (CAR). Trata-se de um banco de dados único e centralizado, que reúne toda informação de exploração da floresta, em todos os biomas e em qualquer nível (de corte de árvores isoladas à capacidade de controlar toda a cadeia até o final). A parte de autorização para supressão vegetal ainda não é ideal, uma vez que o início do processo é feito manualmente, em papel (processos físicos). Após o cadastro manual no sistema DOF, a madeira passa a ser controlada pelo SINAFLOR.

Com a integração com o CAR, o SINAFLOR, além dos dados reais associados à imagem de satélite da área, vincula o responsável técnico (ART). O sistema coleta as informações diretamente do inventário florestal (espécies ameaçadas, espécies com potencial comercial etc.), e é capaz de mostrar dados de reposição florestal e recuperação de áreas.

Uma vez cadastrado, o Sistema torna possível que o empreendedor e o órgão ambiental tenham acesso a todas as informações, deixando o processo transparente. As autorizações virão de acordo com o inventário florestal e o responsável técnico precisa especificar cada item da autorização – tarefa que já é feita hoje em dia, todavia, agora no Sistema.

O inventário florestal tradicional traz a medida da árvore a partir de estimativas, que geram erros nos cálculos. O SINAFLOR permite a correção desses erros, uma vez que a medição é romaneada, ou seja, feita diretamente na árvore cortada. As informações passam a fazer parte do DOF e entram na cadeia produtiva; a partir daí o órgão ambiental, responsável técnico e empreendedor têm acesso às informações a qualquer momento.

O SINAFLOR foi construído em módulos para que, caso algum estado possua sistema próprio, este possa ser encaixado, substituindo alguns dos módulos já existentes.

Assim, como vantagens, o SINAFLOR contribui para o conhecimento das taxas de desmatamento real, oferece maior segurança na disponibilização dos créditos, gera relatórios gerenciais para subsidiar a todos e, por fim, traz maior transparência da atividade.

O SINAFLOR passa a ser obrigatório a partir de 1º de janeiro de 2018, para tal, os estados receberão suporte do IBAMA; iniciando pelos da Amazônia e, depois, os demais.

3. Informações sobre a implantação do CAR.

Carlos Eduardo Portella Sturm, Diretor de Fomento e Inclusão Florestal – SFB.

A área total cadastrada passou de 400 milhões de ha, com grande adesão dos produtores rurais, área maior que a inicialmente estimada como passível de cadastro (398 milhões de ha). Isso porque os números foram estimados pelos censos agropecuários de 2006 (350 milhões de ha)

O sistema do CAR é de natureza “declaratória”, e o produtor rural precisa fornecer os detalhes que compõem a base de dados. São utilizadas as feições naturais existente no Código Florestal – remanescentes de vegetação nativa, áreas consolidadas ocupadas por atividades agrossilvopastoris, áreas de pouso, hidrografia e cálculo automático da APP, servidões e utilidade pública e Reserva Legal. Para contrastar a informação prestada, o MMA comprou todos os mapas brasileiros de satélite de 2011 e 2015, sendo que o primeiro ano já está todo vinculado às feições naturais, como apicuns, mangues, mata atlântica e remanescentes de vegetação. Isso permitirá cruzar os dados prestados com os de uso de solo.

Houve um decréscimo mensal na área dos imóveis cadastrados, visto que as notificações geradas pelo sistema avisaram aos proprietários para adequar as informações, que as estão retificando – a maioria se dá na questão de sobreposição de áreas. Embora ainda haja um residual de imóveis a serem cadastrados, a fase atual do CAR é a de análise da informação prestada.

Dos 27 entes da Federação, 24 foram capacitados em 2016 para o módulo de análise – 8 Estados estão em operação. Trata-se de um curso semipresencial (prática presencial) feito para os técnicos dos órgãos de meio ambiente, com recursos do FNMA e 300 vagas disponíveis para capacitação, em 4 turmas. Até o final do ano, pretende-se que 21 Estados que utilizam o SICAR estejam com o módulo de análise implementado. Ressaltou que tanto o módulo quanto o curso são fornecidos gratuitamente. Os Estados não aderentes ao SICAR têm que estar ligados ao Sistema, pois o recibo só é emitido pelo banco de dados nacional. Há obrigação de integração dos dados, mesmo sendo sistemas diferentes – o único Estado não integrado ao SICAR é o Espírito Santo.

Destacou que o módulo de regularização ambiental será disponibilizado tanto para o usuário final (produtor rural) como para o órgão ambiental. É um módulo *off-line* onde são inseridos os dados (simplificados) para a regularização e é gerado um termo de compromisso.

Agradeceu, por fim, aos órgãos estaduais de meio ambiente, dizendo que são a base do sucesso do sistema. Para consulta ao boletim do SFB: <http://www.florestal.gov.br/>